

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

**Nota SAJ nº 57 / 2023 / SAIP/SAJ/CC/PR**

**Interessado:** Deputado Ivan Valente (PSOL/SP)  
**Assunto:** Sistema *First Mile*. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).  
**Processo :** 00046.000657/2023-45

Senhor Secretário,

## I - RELATÓRIO

1. Cuida-se do Requerimento de Informação - RIC nº 477/2023 (4113909), da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), encaminhado por intermédio do Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 78, de 04 de abril de 2023 (4113908), e recebido na Casa Civil na mesma data. A Secretaria Executiva da Casa Civil, por intermédio do OFÍCIO Nº 19/2023/CGT/SSGP/SE/CC/PR, deu ciência a esta SAJ acerca do conteúdo do RI, solicitando resposta até o dia 25 de abril de 2023, nos seguintes termos:

(...) solicito que essa Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos avalie se o objeto do Requerimento está compreendido no âmbito das competências desta Casa Civil e, em caso positivo, encaminhe as informações que julgar pertinentes para subsidiar a resposta do Ministro de Estado da Casa Civil ao Demandante.

2. O i. parlamentar apresentou os seguintes quesitos:

- 1) Encaminhar cópia integral de estudos e pareceres que embasaram a contratação da ferramenta "FirstMile", desenvolvida pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint), bem como as atas, listas de presença e agendas públicas das reuniões que discutiram a referida contratação.
- 2) Encaminhar a lista de softwares e de soluções tecnológicas adquiridas pelo Ministério desde janeiro de 2016 até a data do presente requerimento, especificando a modalidade de licitação utilizada.
- 3) Explicar se existe alguma determinação para que a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN realize monitoramentos de geolocalização remota de pessoas em todo território nacional e sobre quais foram os critérios utilizados para definição de alvo a ser monitorado.
- 4) Encaminhar cópia integral de pessoas listadas como alvo para utilização ferramenta "FirstMile", desenvolvida pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint), e motivo para compor a lista.
- 5) Explicar qual o fundamento jurídico para o monitoramento realizado pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por intermédio da ferramenta "FirstMile".
- 6) Encaminhar cópia dos relatórios produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, sobre eventuais apurações realizadas por intermédio da ferramenta "FirstMile", por indícios de irregularidades praticadas pelos cidadãos listados como alvo.

3. É o que merecia relato.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

4. De acordo com a Medida Provisória 1154/2023 e o Decreto 11329, de 2023, compete à Casa Civil assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

- I - na coordenação e na integração das ações governamentais;
- II - na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;
- III - na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;
- IV - na coordenação e no acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e políticas públicas;
- V - na coordenação, no monitoramento, na avaliação e na supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e no apoio às ações setoriais necessárias à sua execução;
- VI - na implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego;
- VII - na coordenação, articulação e fomento de políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos;
- VIII - na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;
- IX - na coordenação do processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;
- X - na elaboração e no encaminhamento de mensagens do Poder Executivo federal ao Congresso Nacional;
- XI - na análise prévia e na preparação dos atos a serem submetidos ao Presidente da República;
- XII - na publicação e na preservação dos atos oficiais do Presidente da República;
- XIII - na supervisão e na execução das atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República; e
- XIV - no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros órgãos determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

5. Sendo certo que a ABIN integra a estrutura da Casa Civil, vale recordar que em ocasião anterior (processo SEI 00001.003555/2023-06) a agência já se manifestou sobre o tema (4166776), destacando a "**sensibilidade das informações relativas ao presente caso, que envolvem**":

(..) a) operações de inteligência ainda em andamento, tais como acompanhamento de alvos/ameaças estrangeiros; b) controle de **fontes humanas, que podem ter sua identidade e segurança comprometidas**; c) identificação de **profissionais de inteligência da ABIN, os quais possuem o sigilo de suas identidades protegido por lei** (artigos 9º e 9º-A da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999); e, d) informações/operações que podem resultar, eventualmente, em **questionamento/conflitos diplomáticos**, também em decorrência da sensibilidade de identidades e casos objeto de ações já encerradas ou em andamento. (destaque nosso)

6. É natural, portanto, o cuidado legislativo no que concerne às atribuições da ABIN. Afinal, à agência compete planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes estabelecidas em legislação específica (art. 1º, Decreto 11327, de 2023). Compete, ainda, planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e à análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República (§ 1º, do art. 1º, do Decreto 11.327, de 2023). Tais atividades de inteligência são desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, em observância aos direitos e às garantias individuais e com fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado (§ 2º).

7. Note-se, por relevante, que de acordo com a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o controle e fiscalização externos das atividades da ABIN são atribuições do Congresso Nacional, que por intermédio da Resolução nº 2, de 2013-CN, criou a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI.

Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999

Art. 6º O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional.

§ 1º Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. § 2º O ato a que se refere o caput deste artigo definirá o funcionamento do órgão de controle e a forma de desenvolvimento dos seus trabalhos com vistas ao controle e fiscalização dos atos decorrentes da execução da Política Nacional de Inteligência.

Resolução nº 2, de 2013-CN

Art. 3º A CCAI tem por competência:

I - realizar o controle e a fiscalização externos das atividades de inteligência e contrainteligência, inclusive das operações a elas relacionadas, desenvolvidas por órgãos do Sisbin em conformidade com a Constituição Federal e demais normas do ordenamento jurídico nacional;

II - examinar e apresentar sugestões à Política Nacional de Inteligência a ser fixada pelo Presidente da República, na forma da Lei;

III - examinar e emitir parecer sobre proposições legislativas relativas à atividade de inteligência e contrainteligência e à salvaguarda de assuntos sigilosos;

IV - elaborar estudos sobre a atividade de inteligência;

V - examinar as atividades e o funcionamento dos órgãos do Sisbin em conformidade com a Política Nacional de Inteligência;

VI - apresentar recomendações ao Poder Executivo para a melhoria do funcionamento do Sisbin;

VII - manifestar-se sobre os ajustes específicos e convênios a que se refere o art. 2º, § 2º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999;

VIII - apresentar proposições legislativas sobre as atividades de inteligência, contrainteligência e salvaguarda de informações sigilosas;

IX - acompanhar a elaboração e disseminação da doutrina nacional de inteligência e o ensino nas escolas de inteligência e supervisionar os programas curriculares da Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Esint/Abin) e das instituições de ensino da matéria;

X - elaborar relatórios referentes às suas atividades de controle e fiscalização das ações e programas relativos à atividade de inteligência;

XI - receber e apurar denúncias sobre violações a direitos e garantias fundamentais praticadas por órgãos e entidades públicos, em razão de realização de atividade de inteligência e contrainteligência, apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sociedade;

XII - analisar a parte da proposta orçamentária relativa aos órgãos e entidades da administração direta ou indireta que realizem atividades de inteligência e contrainteligência, bem como as propostas de créditos adicionais destinados ao custeio ou investimento em atividades e programas de inteligência e contrainteligência, em especial dos órgãos civis e militares que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência, encaminhando o resultado de sua análise à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO);

XIII - apresentar emendas ao parecer preliminar do Relator-Geral do projeto de lei orçamentária anual;

XIV - acompanhar a execução das dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta que realizem atividades de inteligência e contrainteligência.

8. Infere-se, portanto, que incumbe à CCAI receber e apurar denúncias sobre violações a direitos e garantias fundamentais praticadas por órgãos e entidades públicos, em razão de realização de

atividade de inteligência e contrainteligência, apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sociedade (inciso XI, art. 3º do RCN 2/2013).

9. Ademais, o artigo art. 4º da RCN 2/2013, ressalta que compete à CCAI,

(...) com o objetivo de assegurar as condições necessárias ao cumprimento de suas atribuições, submeter à Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados pedidos escritos de informações a Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, referente à atuação dos órgãos vinculados às suas pastas que atuem nas áreas de inteligência, contrainteligência e na salvaguarda de assuntos sigilosos, observando-se as normas relativas ao manuseio das informações classificadas e à defesa da segurança e interesses nacionais. (destaque nosso)

10. Logo, de acordo com as regras do próprio Congresso Nacional, o Requerimento de Informação - RIC nº 477/2023 deveria ter sido submetido ao Ministro de Estado da Casa Civil por intermédio da CCAI, dadas as questões de segurança envolvendo o assunto.

11. Ainda que assim não fosse, conforme bem esclareceu a ABIN (4166776) nos autos do processo SEI 00001.003555/2023-06, que também trata do sistema *First Mile*, as informações de posse daquele órgão envolvem alvos/ameaças estrangeiros; fontes humanas e suas identidades e segurança; identidade de profissionais de inteligência da ABIN, os quais possuem o sigilo de suas identidades protegido por lei e riscos de questionamento/conflitos diplomáticos. São temas potencialmente resguardados pelo sigilo, uma vez que envolvem a segurança da sociedade e do Estado (art. 4º, inciso III, da Lei 12.527, de 2011)

12. Eis, por relevante, o comando do art. 23 da Lei 12.527, de 2011:

Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. (destaque nosso)

13. Infere-se, pois, que as informações de inteligência produzidas pela ABIN e, por consequência, de interesse da segurança do Estado Brasileiro, são resguardadas pelo sigilo. Veja-se, nesse sentido, a redação do art. 9º da Lei 9.883, de 1999, *verbis*:

Art. 9º A - Quaisquer informações ou documentos sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos, em curso ou sob a custódia da ABIN somente poderão ser fornecidos, às autoridades que tenham competência legal para solicitá-los, pelo Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, observado o respectivo grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor, excluídos aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (destaque nosso)

14. Assim, conclui-se, **a um**, que o Requerimento de Informação - RIC nº 477/2023 deveria ter sido submetido ao Ministro de Estado da Casa Civil por intermédio da CCAI, dadas as questões de segurança que envolvem o tema e a determinação do art. 4º da RCN 2/2013; e, **a dois**, que os quesitos apresentados pelo i. deputado federal, especialmente aqueles referidos pelos itens 1, 2, 3, 4 e 6 estão aparentemente resguardados pelo sigilo, conforme evidenciado pelo arcabouço legal antes trazidos à baila.

15. No que concerne ao item 5 (*Explicar qual o fundamento jurídico para o monitoramento realizado pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por intermédio da ferramenta FirstMile*), parece evidente que a contratação de qualquer *software* ou ferramenta eletrônica que se ajuste ao escopo legal de atuação da ABIN e aos seus princípios, conforme referidos pela Lei 9.883, de 1999, não encontra, em tese, óbice jurídico aparente.

16. Por outro lado, o uso inadequado, enviesado ou ilegal dessas ferramentas pode ser apurado pela CCAI (inciso XI, art. 3º do RCN 2/2013), uma vez que o Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, bem como o resguardo dos direitos e garantias individuais.

### III - CONCLUSÃO

17. São estas as razões que entendemos úteis para a elaboração de resposta ao RIC nº 477/2023 pelo Ministro de Estado da Casa Civil.

18. AO GABIN/SAJ: Restituir os autos à Secretaria-Executiva, ora consulente, encerrando o feito nesta unidade.

Brasília, 24 de abril de 2023

**DOUGLAS HENRIQUE MARIN DOS SANTOS**  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

De acordo.

**SILTON BATISTA LIMA BEZERRA**  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

De acordo.

**REINALDO DE SOUZA COUTO FILHO**  
Secretário Adjunto - Atos Internacionais e Informações Processuais  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

Aprovo.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Henrique Marin dos Santos, Assessor(a)**, em 24/04/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Silton Batista Lima Bezerra, Coordenador (a) (FCPE 101.3)**, em 26/04/2023, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo de Souza Couto Filho, Subchefe Adjunto**, em 26/04/2023, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 26/04/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4181220** e o código CRC **D1442162** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



Presidência da República  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 226/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado LUCIANO BIVAR  
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados  
Câmara dos Deputados, Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Requerimento de Informações nº 477/2023.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 78 (4113908), recebido na Casa Civil da Presidência da República em 4 de abril de 2023, referente ao Requerimento de Informações nº 477/2023 (4113909), por meio do qual são solicitadas informações a respeito de sistema de monitoramento da localização de cidadãos em todo o território nacional, operado pela Agência Brasileira de Inteligência, encaminho a Nota SAJ nº 57/2023/SAIP/SAJ/CC/PR (4181220), da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 02/05/2023, às 22:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4204524** e o código CRC **52F76E81** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00046.000657/2023-45

SUPER nº 4204524

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>